

CONSELHO ESCOLAR E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: MOBILIZAÇÃO COLETIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Luciane Bidinoto Silva

Mariângela Lindner Fighera

Lúcio Jorge Hammes

Resumo

Este artigo é resultado de uma pesquisa de intervenção desenvolvida em uma escola pública de São Borja-RS com o objetivo de estimular os membros do Conselho Escolar a serem agentes mobilizadores da Gestão Democrática. A pesquisa foi desenvolvida com a metodologia pesquisa-ação como forma de ação coletiva que nasce da necessidade da resolução de problemas, com caráter social, buscando a resolução e a transformação da situação-problema. Como resultado destaca-se maior participação no Conselho Escolar, aprimorando a Gestão Democrática. Os dados mostram que os conselheiros conseguiram ser a voz de seus representados dentro do processo de intervenção. Destaca-se ainda a pesquisa desenvolvida com o projeto de intervenção fez com que a comunidade escolar se envolvesse mais no processo, descobrindo novos caminhos e novas possibilidades. O projeto de intervenção teve ações pré-definidas, mas a escola é um processo dinâmico e algumas etapas tiveram que ser suprimidas ou reorganizadas, mantendo a essência que teve o Conselho Escolar como mobilizador da Gestão Democrática.

Palavras-chave: Gestão democrática - Conselho escolar - Projeto político pedagógico..

Introdução

O estudo apresentado neste artigo é resultado do Projeto de Intervenção desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Fundamental João Goulart de São Borja, Rio Grande do Sul (Brasil), desenvolvido a partir de um diagnóstico que constatou a necessidade da Intervenção relacionada ao conselho escolar e ao Projeto Político Pedagógico (PPP) como agentes mobilizadores da Gestão Democrática. Neste sentido, este trabalho tem como foco principal a participação, que segundo Bordenave (1995, p.16):

...é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Sua prática envolve a satisfação de outras necessidades, não menos básicas, tais como, a interação com os demais homens, a auto expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e ainda, a valorização de si mesmo pelos outros.

A escola possui PPP desde 2006. Porém, não há registro do processo da construção deste no Livro de Atas do Conselho Escolar. Neste livro de também não consta registro sobre a construção do primeiro PPP da escola. Entretanto, há registro no Livro de Atas Pedagógicas,

referente ao ano de 2012, de uma discussão sobre o PPP com os professores (ata nº 85, p. 72 e verso). Traz registros de um estudo da realidade da escola, comparada ao PPP é um início de reestruturação pela necessidade de realizar adequações curriculares para atender aos alunos incluídos.

O corpo discente da escola constitui-se por crianças de 6 a 17 anos, residentes na vila Goulart, na Vila Esther, Vila dos Kilkas, Vila das Pontes e algumas localidades do interior do município de São Borja. Os pais possuem, na maioria, renda entre um e dois salários mínimos, têm como profissões: serviços gerais, mecânicos, pedreiros, empregadas domésticas, diaristas, babás predominante, conforme o informado no ato da matrícula. O nível de escolaridade, na grande maioria dos responsáveis, é de ensino fundamental incompleto.

Dentre as funções de cada setor, a coordenação pedagógica da escola prepara o calendário das horas atividades, coordena a realização de uma reunião pedagógica semanal com duas horas de duração, a qual tem servido para aproximar a direção do corpo docente, pois se consegue colher as opiniões dos professores sobre o que é positivo na escola e o que há para melhorar. Como a reunião é semanal, há sempre a possibilidade de retomar o assunto e também, de apresentar as soluções ou construir com eles o que pode ser feito.

Já no que se refere aos alunos, destaca-se a conversa do regente com a turma para o preenchimento da ficha da turma a ser apresentada no conselho de classe. Nessa ficha, consta uma avaliação da turma sobre como se autoavalia: “o que acontece de bom?” “Quais os fatores que reforçam esses acontecimentos?” “O que acontece de ruim na turma?” “O que reforça esse quadro?” e “Sugestões de mudança e melhoramentos, pedidos aos professores e direção”. Essa ficha foi lida pelo regente no conselho de classe diante dos demais professores e direção da escola. Com os pais, nos momentos de assembleia de entrega de boletins, realiza-se uma reunião, quando aproveitam para colocar os pais a par do que está acontecendo na escola, obras, índices de aprendizagens, acessibilidade, recolherem sugestões, ouvirem as críticas e apresentarem modificações solicitadas nas reuniões anteriores.

Os funcionários da escola realizam reuniões no início, no meio e no fim do ano, discutem sobre as distribuições das tarefas, formas de colaboração, pedidos de melhoramentos em equipamentos e materiais, informações gerais sobre a escola, sugestões e críticas.

Esses momentos apontados acima têm servido como participação dos segmentos, mas está tudo muito compartimentado e a demanda parte sempre da direção como procedimento administrativo e não como participação democrática. Tudo é registrado e as ações da escola são traçadas para sanar ou solucionar aos problemas que são da sua alçada, encaminhar os

pedidos que fogem da nossa capacidade de resolução aos órgãos competentes e de acatar as sugestões que são possíveis de serem postas em prática.

O artigo apresenta a mobilização do Conselho Escolar no aprimoramento da Gestão Democrática, propiciando aos conselheiros a voz de seus representados dentro do processo de intervenção. Após a introdução á temática, o texto apresenta a metodologia utilizada na pesquisa analisada. Traz os resultados e as discussões suscitadas com a intervenção e as considerações finais. Busca-se com isso aprofundar a discussão sobre a Gestão Democrática no ambiente escolar, destacando teóricos da temática e a prática pedagógica, visualizando estratégias de ação no espaço pesquisado.

2. Método do trabalho

O diagnóstico que compôs o planejamento da intervenção teve como base o questionário aplicado aos membros do conselho escolar, onde se indagava sobre a identificação dos conselheiros, se havia gestão democrática, se todos haviam participado da reestruturação do PPP da escola e como foi essa participação.

Para o desenvolvimento do projeto de intervenção optou-se pela pesquisa-ação que, conforme Thiollent (1988) nasce da necessidade da resolução de problemas, com caráter social, ou seja, que além da participação, busca a resolução e a transformação da situação-problema. Na pesquisa-ação, os pesquisadores estão interligados com os pesquisados e com o objeto de pesquisa com a incumbência de buscar soluções para os problemas apontados.

Triviños (1987, p.123) fala sobre a ausência de hipótese rígida, que deve ser verificada através de estatística, a qual obriga o pesquisador a ter conhecimento geral e aprofundado da realidade que está servindo de foco para a pesquisa. As questões podem ser reelaboradas no decorrer do processo à luz dos resultados, isso flexibiliza a formulação de hipóteses.

Thiollent (2011) delimita ainda melhor a pesquisa-ação, destacando a resolução de problemas constatados. Segundo o autor:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p.20).

Após a elaboração do projeto, este foi apresentado aos membros do Conselho Escolar

para, juntos, iniciar-se discussão e traçar metas de intervenção que tragam melhoramento ao processo de gestão democrática da escola, principalmente, no que diz respeito ao PPP. Foi o momento inicial, a primeira roda de conversa, baseado na proposta dialógica de Paulo Freire (1985), mostrando que o ato de saber é uma ação reflexiva, um ato que toma a forma de uma ação transformadora sobre o mundo e através dele, não uma acomodação ao mundo.

A escola dispõe de atas e documentos diversos que revelam a ação dos Conselhos Escolares. Para esta pesquisa nos limitamos a consultar as atas e publicações referentes ao foco em estudo. Outras publicações como livros, jornais e revistas contribuíram para relatar a história e a dinâmica da comunidade escolar estudado.

3. Constatação inicial: Conselho Escolar pró-forma.

O questionário aplicado aos membros do conselho escolar da Escola Estadual de Ensino fundamental João Goulart foi o primeiro contato na construção do diagnóstico com três enfoques, com questões específicas para:

- a) Conhecer os conselheiros, ou seja, identificá-los através do gênero, formação escolar, tempo de trabalho na escola, se tinham regência de classe, quais os turnos que trabalhavam na escola e qual a situação funcional.
- b) Conhecer a sua relação com o político pedagógico da escola. Trazia perguntas abertas e solicitava que escrevessem o que entendiam sobre o PPP – se haviam participado da construção do documento e de que maneira; Se gostariam de participar e de que maneira.
- c) Saber que tipo de gestão o conselheiro da escola e trazia as suas opções: aberta ao diálogo e ouvinte das sugestões da comunidade ou autoritária que não consulta ninguém sobre as decisões que afetam a escola. Além de marcar a opção, pedia-se que descrevesse a forma de registrar essa gestão. Perguntava-se pela forma de participação e se o Conselho queria se envolver numa construção democrática e de que forma isso se daria.

A linguagem utilizada no questionário foi simples e direta para que o respondente compreendesse com clareza o que estava sendo perguntado. A proposta era conhecer o Conselho da escola, sua perspectiva de trabalho e a sua dinâmica.

De modo geral, os membros revelam um modelo de gestão do Conselho Escolar descomprometido com a comunidade mais ampla, desempenhando a função de modo próprio

ou individual e não como representantes do segmento que exigiria processos de envolvimento maior para promover a mobilização dos segmentos da comunidade.

O diagnóstico que compôs o planejamento da intervenção teve como base o questionário aplicado aos membros do conselho escolar, onde se indagava sobre a identificação dos conselheiros, se havia gestão democrática, se todos haviam participado da reestruturação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e como foi essa participação.

A análise documental, realizada através da pesquisa em Atas do Conselho Escolar teve por objetivo buscar os assuntos tratados, a frequência das reuniões, o número de participação e se havia registro.

A tabulação dos dados revelou que, embora a escola tenha sido declarada como democrática e participativa, a situação que aparece é outra. A análise dos dados mais profundamente, constatou que os conselheiros emitiam opiniões pessoais, sem reuniões ou discussões; as votações eram aceites, não divergindo entre os segmentos da comunidade. Como pode ser democrática uma instituição, se é destituída de debate, análise e consulta aos segmentos representados? A análise das atas das reuniões do Conselho Escolar não apresenta registro de consulta a qualquer um dos segmentos por qualquer uma das pessoas que compõem o conselho.

A análise dos dados coletados através da pesquisa documental (atas) e de campo (questionário) revelou que havia na escola organizações que aparentavam ser democráticas, mas não se efetiva no cotidiano da comunidade escolar. Ou seja, por formalidade se constituía os Conselhos Escolares, mas não puderam desenvolver sua finalidade.

Constatado o paradoxo de que, embora o Conselho Escolar tenha sido organizado para melhorar a democracia e propiciar a participação da comunidade, seus integrantes cumpriam o papel de oficializar as decisões já tomadas e não de promover a democratização da educação.

O Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação e da escola (veja Caderno 5). Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto políticopedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos (BRASIL, p. 22).

Este diagnóstico inicial foi importante para organizar as ações da intervenção (através do projeto de intervenção) para que os Conselhos Escolares possam cumprir seu papel de promoção da democracia nos espaços escolares.

4. A formação do Conselho Escolar: assumindo responsabilidades.

A partir das respostas do questionário que sinalizava para um Conselho Escolar preparado e atuante na gestão democrática e conhecedor do Projeto Político Pedagógico da Escola e na análise das atas do Conselho Escolar de 2007 a 2013, as quais mostravam que o Conselho estava aprovando Calendário Escolar, realizando processos de Eleição para diretor e para o próprio conselho, aprovando as contas. Enfim, cumpria o papel administrativo, mas que nenhum dos representantes tinha tido a oportunidade de reunir seu segmento e conversar sobre a escola que se tem ou se quer, discutir em que as verbas podem ser aplicadas, se a avaliação da escola é adequada, as sugestões de cada segmento não estavam sendo ouvidas e muito menos discutidas.

Foi então realizada uma apresentação dos resultados do diagnóstico com os conselheiros escolares, fazendo alguns questionamentos sobre os resultados do questionário em comparação com a análise das atas, levantaram-se as questões: Você participou ou promoveu alguma reunião por segmento para discussão de alguns assuntos referente à escola? Baseados em quem os conselheiros tomam as decisões de aprovar calendários escolares e prestações de contas? Temos conhecimento suficiente para conduzirmos uma discussão com o segmento que representamos?

A conversa inicial possibilitou que cada conselheiro expressasse suas dificuldades em reunir os integrantes do segmento para discussão dos acontecimentos da escola. Nesse encontro, os conselheiros reiteraram a necessidade de uma formação para o grupo, agendamento de reuniões com os segmentos, trabalhar com questões simples que possam ser entendidas e debatidas por todos com a finalidade de retratar a realidade da escola. A proposta tem presente que participar é envolver-se e estar motivado para aprofundamentos, preparando ações que propiciem mudança no contexto.

A vontade de “participar” da gestão da escola fez com que se tomasse a atitude de enfrentar uma eleição para compor uma equipe diretiva, com o desafio de gestar a escola e de aprender com todos os processos que envolvem a gestão. A necessidade de aprender mais fez com que se aceitasse a vaga na especialização oferecida pela Escola de Gestores e, com isso, a possibilidade da inscrição para o mestrado e ter como inquietação a aproximação com Gestão Democrática, confrontada com a realidade da escola onde atuo. Nesse processo, foi possível saber como o conselho escolar via a gestão e como se via participando na escola. Por outro

lado, com o projeto de intervenção, foi possível instrumentalizá-lo com formações para que pudesse ser agente mobilizador da gestão democrática.

A legislação atual indica que a Gestão Democrática é caminho a ser seguido e que todos devem participar do processo de construção de uma escola que reflète seus problemas e busca soluções. Infelizmente, a prática mostra que ainda há “participação passiva”, pois, apesar da aparente discussão na escola, na reestruturação em 2012, o que se viu foi uma leitura apressada e com alguns ajustes, principalmente nas questões que eram de atualização: incluir o Projeto Mais Educação e as adequações curriculares.

O que se constatou através do questionário e da análise das atas das reuniões do Conselho Escolar foi que o conselho participou timidamente da reestruturação do PPP em 2012 e que houve somente ajustes no documento como a inclusão do Programa Mais Educação e das Adequações Curriculares. Enquanto isso, a gestão democrática exige que se dê o primeiro passo, capacitando os condutores dessa gestão na escola. Os conselheiros mostraram-se muito interessados em capacitar-se para atuar junto ao seu segmento, tendo como objetivo conhecer os tipos de gestão e de discutir e aprimorar o PPP.

Outro dado que aparece é que o Conselho Escolar está sendo utilizado como um órgão cumpridor de obrigações, como validar prestações de contas, montar processos de eleições próprias e para diretores. Qualificar o tipo de participação do conselho escolar para que quebre a passividade e possa ouvir seus segmentos, promover discussão e apontar os anseios da comunidade e juntos tomarem decisões que reflitam a vontade da maioria.

Com análise das atas dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, num total de 63 atas, somente 3 atas de reuniões serviram para planejamento de verbas e em 31 atas, eram para assuntos de eleições: Conselho Escolar ou Direção da Escola. O restante das atas, as 29 atas, com assuntos: aprovação de calendário, falta de funcionários, fíca de alunos etc.. Temas como Gestão Democrática e PPP não aparecem nas atas. Conforme demonstra gráfico 1 nos anexos.

A análise das atas revelaram que 49,20% das atas registradas são para deliberar sobre eleições, tanto de conselho escolar, quanto para diretor da escola, nos assuntos colocados no gráfico como gerais, estão os registros de aprovação de calendário escolar, adequação do calendário em função de greve ou gripe H1N1, pedido de remoção de professor ou funcionário entre outros assuntos, num total de 46,04%. Para planejamento de verbas, somente 3 reuniões, totalizando 4,76%. Com esses dados em mãos, houve necessidade de apresentarem-se ao conselho escolar os resultados do questionário e os das atas, para que houvesse uma reflexão e uma discussão desses resultados. Foi constado pelos membros do

conselho escolar que há necessidade de formação em relação à gestão democrática e, principalmente, sobre o Projeto Político Pedagógico da escola. Também foi constatado que não há registro e que não acontecem reuniões por segmentos para deliberar sobre os assuntos da escola. Todos os membros do conselho concordam que é necessária uma intervenção e que será um ganho para a escola. Conforme quadro 1 em anexo.

Os dados mostraram que a atuação do conselho escolar, em todos os anos analisados, sobrepõe-se o assunto eleições, tanto para diretores quanto para o próprio conselho escolar. Sabe-se que a eleição é um momento muito importante da gestão escolar, mas há uma distância de uma participação efetiva do conselho escolar em todos os aspectos que envolvem a gestão da escola, como planejamento de verbas, aprovações das contas, discussões sobre as avaliações de alunos, entre outros.

Através da pesquisa indica que no registro das atas do Livro do Conselho Escolar da EEEF João Goulart as reuniões são burocráticas para aprovação de calendário e normatizar eleições e que não há registro de reunião do representante de cada segmento com o seu segmento em específico e que não há registro da participação na reestruturação do PPP em 2012.

Constatou-se ainda que nas reuniões a maioria dos assuntos referem-se a aprovação de documentos e que precisam do acompanhamento da ata do Conselho Escolar para serem validados como: Aprovação do Calendário ou adequação no calendário escolar, Eleições do Conselho Escolar ou para Diretor da Escola. As análises das atas dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, num total de 63 atas, somente 3 atas de reuniões serviram para planejamento de verbas e em 31 atas, eram para assuntos de eleições: Conselho Escolar ou Direção da Escola.

A pesquisa mostrou que nos quatro anos de gestão na escola João Goulart os conselheiros escolares não consultam seus segmentos para tomarem decisões. Não há discussão com os segmentos e que as participações são individuais.

Com o debate promovido com o projeto de intervenção abriu-se um canal de ligação entre os conselheiros e os segmentos, tendo como pano de fundo o Projeto Político Pedagógico.

A formação do Conselho Escolar: Instrumentalização dos integrantes

Percebe-se a disposição do Conselho Escolar a se capacitar para a participação democrática, promovendo a Gestão Democrática. Houve motivação para os estudos do

Projeto Político Pedagógico (PPP) abrindo rodas de conversas com os segmentos e discussões sobre “a escola que temos”, “a escola que gostaríamos ter” e “os caminhos para chegar a escola que queremos”. O material serviu como aporte ao estudo e reestruturação do Projeto Político Pedagógico, tornando concreta a função de mobilizador da gestão democrática.

A intervenção proposta junto ao conselho escolar em relação ao PPP foi importante para que os conselheiros pudessem se tornar mobilizadores da gestão, assumindo seu papel nas ações de reestruturação do Projeto Político Pedagógico da escola. Após investigar como é a participação deles nessa gestão e analisar as ações do Conselho Escolar em relação à reconstrução do PPP, viu-se a necessidade de empoderar os membros do conselho escolar com agentes de reflexão e de representação do seu segmento e ser agentes transformadores da realidade da escola.

Foram propostas diversas atividades de formações aos membros do Conselho Escolar no formato “Roda de Conversas”. Para a primeira Roda de Conversa foram apresentados os resultados dos questionários e a análise da ata que trazia um diagnóstico dos Conselhos Escolares. Foram sugeridos assuntos como a gestão democrática, a lei do conselho escolar, gestão financeira, tipos de participação, gestão escolar, PPP, funções dos conselheiros, função do diretor, regimento escolar, e destes foram solicitados: conhecer a realidade da escola, gestão democrática, gestão financeira e a lei do conselho escolar.

A formação foi necessária para que os conselheiros tivessem segurança e pudessem organizar o segmento com propriedade dos assuntos que poderiam surgir nas reuniões. O debate nas formações também pode servir como suporte para discussões como a participação e a gestão democrática que fazem parte deste projeto de intervenção. Para Luck, (2006, p. 30)

A participação em sentido pleno é caracterizada pela mobilização efetiva dos esforços individuais para a superação de atitudes de acomodação, de alienação, de marginalização, e reversão desses aspectos pela eliminação de comportamentos individualistas, pela construção de espírito de equipe, visando a efetivação de objetivos sociais e institucionais que são adequadamente entendidos e assumidos por todos.

Um dos assuntos que despertou especial interesse dos conselheiros foi a gestão financeira da escola, necessitando de acesso às informações para que possam participar melhor das decisões de planejamento. Foi destacado que muitas verbas vêm pré-determinadas. Falou-se também que os recursos são divididos em capital e custeio (permanente e manutenção) e do o funcionamento de cada verba. Lima (1988) fala sobre a importância de ter conhecimento de todas as áreas:

Embora em diferentes graus e diferentes modalidades, a participação é um mecanismo mais vulgarizado para conseguir a realização do princípio democrático, entendido este como um processo de democratização global que deve ser extensivo aos diversos aspectos da vida social, cultural, econômica, etc., tomando assim as mais diversas formas – participação na administração regional e local, participação dos trabalhadores, gestão democrática das escolas e de outras instituições, etc. (LIMA, 1988, p.30)

Em relação à gestão financeira, destacou-se ainda ao gerir a verba para a qual foi pré-destinada, efetivar o gasto para o que está destinado, para não precisar devolver ou responder juridicamente pela má aplicação da verba, cabe a contribuição de Rodrigues (1985) que diz:

A escola não é o lugar onde cada um pode fazer o que quer: ela é um lugar onde todos trabalham para a realização de um projeto coletivo da sociedade, em primeiro lugar, e de um projeto coletivo de uma dada comunidade, em segundo, projeto este que todos se obrigam e ao qual têm o dever de respeitar (p.77).

O processo da intervenção buscou reestruturar do PPP, subsidiado pelo material produzido pela mobilização do conselho escolar nas reuniões por segmentos. Encontrou apoio em Paro (2001) que enfatiza que “a característica essencial da gestão é a mediação para a concretização de fins” (p.52). Com a mobilização dos conselheiros foi possível construir instrumentos para ouvirem seus segmentos, produzindo material que serviu para fomentar reflexões e registros dos sentimentos em participar desse passo tão importante que é tornarem-se mobilizadores da participação efetiva e que podem transformar e reestruturar a escola (através da elaboração do PPP).

Para o desenvolvimento da intervenção foram organizadas 4 momentos de formação em formato de “roda de conversa”, contando com 16 membros do conselho escolar da EEEF João Goulart, subsidiado com textos com as temáticas: Gestão democrática, gestão financeira, conselho escolar e projeto político pedagógico. Os textos foram apresentados e iniciávamos a roda de conversa relacionando o texto com a nossa realidade. Os temas foram propostos pelos conselheiros e, no quinto encontro com a “roda de conversa”, os 4 representantes de cada segmento refletiram sobre as questões: “A escola que se tem?” “A escola que queremos?” e “como chegamos a escola que queremos?” O grupo preparou a 6ª “roda de conversa” com cada segmento, conduzida pelo representante do segmento indicado pelos demais.

Após construir e aplicar o instrumento, os conselheiros agruparam as resposta e, como toda essa parte foi fruto de um processo livre, primaram pela mobilização dos agentes de gestão democrática. Não se soube como seria seu desfecho, o projeto de intervenção, tinha como objetivo tornar o conselho escolar e o PPP agentes de gestão democrática . E isso foi

propiciado quando foi dada a liberdade de o conselho escolar ouvir seu segmento com um instrumento criado pelos eles, com a roda de conversa, conduzida por eles, e principalmente com o retorno dos resultados apresentados por eles. Não foi possível trabalhar a riqueza dos dados produzidos em função do pouco tempo que restava, mas os dados já serviram como base para o planejamento da escola para o ano de 2015. A 7ª roda de conversa foi para a apresentação dos dados levantados e uma leitura do PPP para afinar-se com os dados. Há muito material para se debruçar em discussões e reflexões acerca desses dados e, com isso, iniciar-se uma reestruturação para o PPP em 2015.

Constatou-se a necessidade de promover a mobilização através dos conselheiros escolares e foi importante realizar a formação com os membros do Conselho, instrumentalizando-os com os estudos dos temas: Conhecendo a realidade e a importância da participação; Gestão Democrática; Gestão financeira – verbas e aplicações e Conselho Escolar. E, em conjunto, foi definido ter mais um momento, com tema da vida prática da escola, melhorando os conhecimentos sobre a realidade da escola.

Para o estudo sobre as questões, “A escola que se tem?” “A escola que queremos?” e “como chegamos a escola que queremos?” os conselheiros desdobraram as questões, criando seus instrumentos de reflexão, para que todos ficassem livres para criar e aplicar os instrumentos. Cada segmento realizou a sua reunião, o levantamento e o agrupamento dos dados foram feitos pelos conselheiros. A fase final do trabalho exigiria muito tempo de discussão, análise e reflexão sobre o conjunto apresentado pelos conselheiros e a realidade colocada no atual PPP. Realizou-se uma etapa em que cada representante dos segmentos detalhou os dados e, juntos, analisou-se para ver se as respostas traziam ou não os mesmos anseios.

As 5 rodas de conversas tiveram a mesma organização e dinâmica. Nesses encontros participaram os membros do conselho escolar, eleitos em maio de 2014. Retomou-se todo o processo e eles aceitaram dar continuidade ao projeto de intervenção, mas o tempo que tinham era bem menor, então resolveram que participariam da formação em forma de roda de conversa e, ao realizarem as reuniões com os segmentos, não seria possível seguir o planejamento feito durante o diagnóstico. Optaram por trabalharem com as questões: A escola que temos? A escola que queremos e como chegaremos lá? Os representantes de cada segmento construíram baseados nessas questões, um instrumento que retrataria a visão do segmento sobre diversos setores e serviços. A 6ª roda de conversa foi somente com os membros do conselho escolar, foi para a apresentação dos resultados, conversa e reflexão. Todos os resultados já serviram para o planejamento da escola 2015 e servirão para continuar

os estudos com os segmentos conduzidos pelos conselheiros, à luz do PPP atual, vislumbrando uma reestruturação.

Estes encontros (rodas de conversa) foram fundamentais para que os conselheiros pudessem ter acesso à informação básica e as condições necessárias para protagonizar a gestão democrática a partir da sua participação no Conselho Escolar. O grupo se motivou para formar um grupo e tomar iniciativas importantes para a gestão escolar e o envolvimento da comunidade na vida da escola.

5. Participação democrática: Assumir o Conselho Escolar

O material produzido pelos diversos segmentos tornou palpável a mobilização da gestão democrática através dos Conselheiros Escolares. Percebe-se que é um processo prático de provocar a possibilidade de as pessoas interferirem nas decisões daqueles que detêm o poder, especialmente nas decisões que dizem respeito à coletividade da qual se é parte.

Nos atas analisadas não foram encontrados registros de reuniões de consultas aos segmentos pelos seus representantes. Com a intervenção em que os conselheiros puderam participar, envolverem-se com o projeto de intervenção e tornaram-se os atores principais deste trabalho.

O Conselho Escolar mobilizou os segmentos representativos, propiciado por reuniões presididas por seus representantes. Puderam ser ouvidos e trouxeram as impressões e compartilharam com o coletivo, contribuindo com a participação e discussão dos instrumentos de questionamentos propostos: “A escola que se tem?” “A escola que queremos?” e “como chegamos a escola que queremos?” Um Conselho Escolar ativo na Gestão Democrática da escolar faz com que todos se sintam responsáveis ou pelo menos pensem sobre as responsabilidades e o papel da escola em nossa vida.

As rodas de conversas promovidas pelos conselheiros representantes de cada segmento, colheram informações e opiniões dos seus representados. Na escola, pela análise das atas realizadas entre os anos de 2007 e 2013, nunca havia acontecido uma reunião presidida por um representante de segmento. Através do projeto de intervenção com as formações, os conselheiros escolares, e com as discussões sobre a realidade da escola que temos; aquela que queremos ter e o processo de construção desta escola. A participação deixa de ser somente presencial e passa a ter comprometido com cada segmento, o conselheiro quis, através do questionário, ouvir e discutir essas ideias com os seus representados.

É possível afirmar que, embora o projeto de intervenção não tenha reestruturado o PPP da Escola, provocou o início de uma nova dinâmica, com o diálogo dos conselheiros com seus segmentos, buscando mais informação, possibilitando maior participação e conhecimento da escola para também questionarem, opinarem e construir juntos o ideal de escola. Conforme Vasconcellos (1999), o diagnóstico “não é simplesmente um retrato da realidade ou um mero levantar dificuldades; antes de tudo é um confronto entre a situação que vivemos e a situação que desejamos viver” (p.38).

A mobilização do conselho escolar, através da consulta ao segmento, é uma etapa importante para alcançar a gestão democrática a real participação efetiva dos segmentos nas decisões da escola e nas mudanças como metas a serem seguidas e como base para se seguirem as discussões e estudos em relação ao PPP. Como ensina Paulo Freire, o diálogo é “o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam, e, transformando-o, humanizam para a humanização de todos” (FREIRE, 1982, 43).

O Conselho Escolar existe na EEEF João Goulart desde 1995 e todos sabem que os conselhos devem ser implementados em vista da gestão democrática, exercendo as funções deliberativas, consultivas e fiscalizadoras. Porém, como diz Carlos Drummond de Andrade: “As leis não bastam. Os lírios não nascem das leis”.

O processo da intervenção revelou que construir a participação na gestão democrática é um processo de livre escolha e as pessoas optam em participar. Porém, Bordenave (1995) já ensinou que a participação é uma necessidade do ser humano. E, embora as pessoas estejam envolvidas em tantas coisas, podem se comprometer também com a escola, contribuindo com a gestão e os processos que a ela dizem respeito.

O material recolhido durante o trabalho de intervenção foi constantemente avaliado e monitorado pelas atas dos encontros que aconteceram em cada segmento. A essência desses levantamentos e desses dados gerados pela mobilização de cada conselheiro representante serviu para despertar o interesse por saber mais da escola e sobre a escola. Favoreceu para que cada membro do Conselho Escolar se reconheça como representante, não da sua ideia particular, mas como a voz de um grupo que quer falar e ser representando.

Quando se levantou questionamentos e se abriu espaços para discussão e participação, o envolvimento e a mobilização para o processo de Gestão Democrática se consolidou como fruto da participação de todos que se envolveram nesses acontecimentos durante o desencadeamento do projeto de intervenção.

Os dados produzidos servirão para a escola continuar o processo de participação e de

mobilização da Gestão Democrática junto com o Conselho Escolar, preparado para ouvir seus segmentos e colher as sugestões de como solucionar ou como buscar caminhos para efetivar soluções, para o que foi apontado como necessidade de mudança. Também para reafirmar o que acontece de bom na escola e sempre ter o sonho da projeção de dias melhores.

Considerações finais

Resultados da pesquisa apresentados neste artigo apontam para a mobilização dos Conselheiros Escolares em ouvir, reunir e discutir com seus segmentos se constitui em um processo importante para a construção de Gestão Democrática. E a reestruturação do Projeto Político Pedagógico não finalizado neste processo de intervenção, não compromete os objetivos propostos, uma vez que o material produzido serve como base para discussão do projeto vigente. A pesquisa de intervenção contribuiu para que a escola realize exames detalhados de cada setor, de cada segmento, e de como cada um dos envolvidos se coloca nesse processo.

A pesquisa nos moldes de projeto de intervenção comprometeu os conselheiros e praticamente toda comunidade escolar, envolvendo-os no processo. Estes foram descobrindo o processo com adequações necessárias descobertos com o andamento do processo. A mobilização se intensificou com muitas pessoas, sendo necessário o monitoramento das ações e as retomadas de planejamento.

Embora o projeto de intervenção tenha tido suas ações pré-definidas, a escola abriu um novo processo, requerendo que etapas tivessem que ser suprimidas e ou reorganizadas. No entanto, a base da proposta que teve o Conselho Escolar como mobilizador da Gestão Democrática, alcançou seu objetivo.

O processo desencadeado com o desenvolvimento da intervenção contribuiu para que o Conselho Escolar pudesse participar e atuar, possibilitando aos conselheiros, acesso à informação e propondo e estruturando o debate acerca da escola que se tem e se quer, além dos procedimentos necessários para ter esta escola desejada.

É possível afirmar que cada dia do trabalho fez com que houvesse apropriação de subsídios teóricos (através das leituras) e práticos (a vivência), que levam o próprio pesquisador a confiar no processo de mobilização da Gestão Democrática, e que o Conselho Escolar e o PPP são poderosos aliados desse processo.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania (Caderno 1). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf>. Acesso em abr. 2016.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 8. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

LIMA, L. C. **Gestão das escolas secundárias: a participação dos alunos**. Lisboa: Livros Horizontes, 1988.

LUCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre Educação**. São Paulo: Xamã. 1996.

RODRIGUES, Neidson. Colegiado: instrumento de democratização. **Revista Brasileira de Administração da Educação – ANPAE**. Porto Alegre, v.3, n.1, p. 72-79, 1985.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, C. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para elaboração e realização**. São Paulo: Libertad, 1999.